

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Sobre Arquivistas e Historiadores: Um diálogo pertinente

RODRIGO MARTINS DOS SANTOS IRPONI\*

“A verdadeira história é a história contemporânea.” (Gardiner, 2004, p. 275) Com este axioma, o intelectual italiano Benedetto Croce sintetiza uma premissa cara à historiografia, segundo a qual, a história é fruto das questões e indagações contemporâneas ao historiador.

A reflexão empreendida por Croce distingue a História praticada pelos deterministas históricos e filósofos da história no sentido de que ambas as posturas historiográficas abrem mão da perspectiva de que o saber histórico é resultado de um contexto no qual o historiador está inserido. Para Croce, esta “verdadeira história” é uma história viva, que traz também à vida o passado, diferentemente daquilo que ele chama de “crônica”, identificada como uma história morta.

Neste sentido, a “verdadeira história” deve ser empreendida a partir de registros dos testemunhos do passado, que devem ser trazidos também à vida a partir das indagações do presente. Sem documentos, a história passa a ser uma narrativa, composta por “palavras ocas”.

Estas reflexões, presentes no capítulo **História e Crônica** (Gardiner, 2004) revelam uma arcabouço teórico bastante particular deste intelectual quanto à construção do saber histórico, principalmente por sua posição crítica quanto o modelo de história praticado em seu tempo. Há que se notar, porém, que o estatuto teórico e metodológico da disciplina histórica passou por transformações profundas desde Croce.

Suas máximas já não são aceitas sem uma crítica epistemológica fundamentada na historiografia contemporânea: dos *Annales* à Nova História, grande parte daquilo que compunha a teoria histórica de Croce já não é mais o que norteia a investigação histórica.

Porém, há algo de indelével neste axioma: a ideia de que a história é, também, filha de seu tempo. As interpretações, os fatos, os processos e as durações estão sempre submetidos a uma dimensão temporal situada no contexto em que a história é escrita. Em essência, o cerne do axioma de Croce ainda se faz presente.

Ou seja, é possível inferir que a produção historiográfica responde a demandas do presente, sendo o “documento” (que será objeto de uma reflexão mais profunda em momento oportuno

---

\* Especialista em Pesquisa do Museu Paulista da USP; mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo; doutorando em História Social pela mesma instituição.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

desta comunicação), aquilo que garante ao passado vir a se tornar história, por meio das indagações do presente. Portanto, cada época cria uma concepção do passado, indaga-o de acordo com suas demandas presentes, dentro de um contexto singular e único. Os documentos permitem a reconstrução do passado tendo como ponto de partida o que o documento registra. Aquilo que a história indaga hoje acerca da Idade Média guarda muito mais diferenças do que semelhanças em relação à ideia de Idade Média formulada no decorrer da Renascença, ainda que uma parcela dos documentos seja o mesmo.

Do início do século XX, quando Croce postulava sobre o estatuto da História aos dias atuais, a historiografia manifestou-se de diferentes maneiras, não só em relação aos seus métodos, mas, sobretudo quanto às formas de compreender o mundo. Suas premissas teóricas passaram por uma reviravolta epistemológica, entretanto, alguns dos postulados de Croce ainda resistem.

Em texto recente, John Lewis Gaddis aponta que a história é resultado do tempo em que ela é formulada, lançando um paradigma relativista quanto ao conhecimento histórico:

*Só seremos parcialmente lembrados pelo que considerarmos importantes, ou pelo que registrarmos nos documentos e artefatos selecionados para nossa sobrevivência. Os historiadores do futuro irão escolher seu destino: serão eles que irão impor significados, assim como nós fazemos ao estudar o passado, e não aqueles que o viveram. (Gaddis, 2003, p. 39)*

Assim como Croce, o paradigma recente da historiografia (apontado por Gaddis) repousa sua análise na ideia de uma história em constante construção, não sendo, portanto um conhecimento absoluto. A historiografia é uma operação intelectual, interpretativa e seletiva, porém, é imprescindível ao labor historiográfico a observância de critérios metodológicos e teóricos, de maneira a consignar por escrito um passado já prescrito.

Outra reflexão bastante pertinente, que de certa forma aprofunda e amplia a máxima de Croce, é aquela empreendida por Certeau, n'A Escrita da História. No capítulo A Operação Historiográfica (Certeau, 2015), o autor desvela a relação entre a produção historiográfica e os lugares de onde ela é produzida. Postulando que à obra historiográfica é imprescindível a caracterização da sua produção, coletiva e social, Certeau defende que o produto historiográfico é “ao mesmo tempo um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório.” (Certeau, 2015, p. 57) Ou seja, a produção historiográfica para além de sua

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

dimensão temporal responde também às demandas dos historiadores, entendidos nesta perspectiva como grupo intelectual.

As três perspectivas em tela referem-se à produção historiográfica sob uma ótica relativista, mas todas convergem naquilo que a história tem de mais essencial: sua dependência de fontes históricas. Entendidos como testemunhos do passado investigado, as fontes históricas são aquilo que permite à historiografia alinhar-se a uma metodologia que garanta sua cientificidade, sua possibilidade de comprovação.

Pode-se inferir, portanto, que a fonte histórica associa-se quase imediatamente ao conceito de documento. Considerados elemento central da construção do saber histórico, os documentos devem ser entendidos como os testemunhos da época em que foram criados. São eles os registros materiais daquilo que o passado nos legou. Arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação, enfim, entidades responsáveis por custodiar documentos ainda são repositórios inesgotáveis de fontes para construção de saber histórico e, portanto, colaboram essencialmente à produção historiográfica.

Esta comunicação pretende refletir, a partir do trabalho realizado no Museu Paulista com o Fundo da Liga Independente pela Liberdade, a respeito de como as práticas adequadas de organização arquivística devem garantir à construção do saber histórico a mais variada gama de possibilidades de investigação, de maneira que as problemáticas históricas futuras possam ser contempladas integralmente.

Tomados sob a perspectiva da historiografia, os documentos constituem-se enquanto fontes para pesquisa, oferecendo possibilidades interpretativas distintas. Em termos práticos, os documentos são a essência do trabalho historiográfico, sobre o qual se debruçam os profissionais que se dedicam a interpretá-los em consonância ao método histórico – o qual engloba a heurística, a crítica e a síntese histórica (Falcon, 1996).

Neste sentido, o conceito de documento pode ser associado a todos os testemunhos legados do passado ao presente do historiador. Sejam documentos oficiais, imagens ou objetos, o saber histórico se constitui naquilo que foi produzido no decurso de um determinado contexto. O cerne do trabalho consiste justamente em identificar quais os tipos de documentos se adéquam melhor a responder às questões e problemas formulados. Como exemplo, pode-se apontar os estudos seriais e quantitativos, que tiveram relativo sucesso ao longo dos anos 70 no Brasil.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

Os problemas suscitados pela comunidade historiográfica brasileira iam ao encontro de verificar quais elementos compunham a sociedade colonial, baseada no escravismo. Decorrentes das interpretações clássicas, como a de Caio Prado Jr, alguns historiadores puseram-se a investigar nos documentos de caráter demográfico quais eram as nuances do Brasil escravocrata. Logo, percebeu-se que algumas das hipóteses clássicas não davam conta de explicar a realidade colonial, principalmente quanto à escravidão: foram achados nos Maços de População dados que falseavam essencialmente a ideia geral da grande propriedade, monocultora e escravista, voltada essencialmente ao mercado externo.

Logo, a partir da formulação de hipóteses e problemas, associada à crítica documental, permitiu uma interpretação histórica acerca da sociedade colonial diferente daquilo que os clássicos consideravam ser a realidade. Cabe ao historiador coligir documentos que respondam às suas hipóteses, baseado nos princípios heurísticos da disciplina.

Por outro lado, a Arquivologia, enquanto disciplina, lida com outros problemas relacionados à conceituação do documento. Mais do que procurar responder a hipóteses históricas, o arquivista deve garantir ao documento que expresse suas funções dentro dos contextos nos quais foram criados.

A Arquivologia, que pode ser compreendida como uma área do saber constituída sobre bases teóricas e metodológicas próprias, enunciadas por leis, orientações e diretrizes voltadas à manutenção perene dos contextos que originaram os documentos. Pensando em instituições, por exemplo, cada uma das atividades desenvolvidas, previstas nos estatutos e documentos normativos típicos, gera séries de documentos, criados não só para registrar tais atividades como também para fazê-las acontecer. Essa lógica, tipicamente arquivística, busca estabelecer nos fundos de arquivo os contextos de produção e acumulação dos documentos, bem como as relações que os documentos estabelecem entre si e com o respectivo órgão produtor.

Da mesma forma que os historiadores procedem à crítica dos documentos, buscando associá-los à um caráter testemunhal, arquivistas têm consciência que os documentos não revelam “a verdade dos fatos”, visto que há sempre um propósito definido em sua produção e circulação (Menne-Haritz, 1994), porém, há que se levar em conta que a operação arquivística deve seguir parâmetros científicos e técnicos que permitam aos pesquisadores empreenderem uma produção historiográfica livre de equívocos passíveis em uma organização alheia a estes parâmetros.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

Com o crescimento vertiginoso de projetos de memória institucional, a partir dos anos 1990, observou-se também o recrudescimento das iniciativas e projetos de preservação da memória, porém, a partir de premissas mais voltadas às demais Ciências da Informação. Com a adoção de técnicas oriundas da biblioteconomia, segundo a qual deve-se privilegiar os conteúdos em detrimento dos contextos, corre-se o risco de perder o contexto de produção documental. Tais iniciativas, por louváveis que sejam, em muitos casos acabam por dissociar grandes séries documentais de sua gênese, ocasionando a pesquisadores futuros conclusões equivocadas ou, no mínimo, comprometidas em termos metodológicos e heurísticos.

Fenômeno já mencionado por Rousso (1996), a descontextualização de fontes históricas acaba por induzir pesquisadores a “sentidos equivocados, e até mesmo a erros graves de interpretação, como fazem crer que a verdade de um acontecimento decorreria da leitura primária e imediata de um documento que se supõe ser decisivo, comprobatório e definitivo” (Rousso, 1996, p. 89)

Há que se considerar, portanto, que a operação arquivística consiste justamente na representação, sempre baseada em procedimentos técnicos, dos contextos de produção dos documentos, que devem ser tomados a partir do conjunto do qual fazem parte.

Nessa operação, o foco do arquivista reside justamente em identificar elementos contextuais pertinentes à lógica de produção e acumulação dos documentos dentro do Fundo, de maneira que as ações e atividades sejam reveladas na descrição. Logo, descrições que abordem o conteúdo dos documentos (assuntos ou temáticas) acabam por limitar a pesquisa às visões particulares do organizador, o que induz a uma interpretação potencialmente equivocada das fontes históricas.

Pode-se observar este viés em uma série de arquivos e programas de memória institucional, nos quais se adota um tipo de descrição que privilegia os conteúdos e assuntos dos documentos em detrimento das informações contextuais. Exemplo disso, muitos arquivos até hoje mantêm em seus acervos coletâneas intituladas Documentos Interessantes: versando sobre os mais diferentes assuntos, esses agrupamentos artificiais prejudicam uma análise heurística adequada, pois levam o pesquisador a um universo previamente definido pelo organizados dos documentos. Abundam no universo dos acervos digitalizados casos semelhantes.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

Outra discussão bastante pertinente é aquela empreendida por Yeo, no artigo *Records and Representations*. No texto, o autor procura demonstrar que para além do conceito de Evidência ou Informação, o documento é uma representação persistente de atividades do passado. Quanto à ideia de identificá-los ao conceito de evidência, o autor coloca o seguinte:

*As with other areas of debate about the nature of records, consensus on this issue is unlikely; but when we consider the variety of evidence that users can derive from records, an argument emerges that could be persuasive. Users may seek evidence of the activities that gave rise to the records, but records can also be used to obtain evidence of other things: the age of a baby, the name of an applicant, the kind of paper used in a department, the records creation processes mandated in an organization, the social and political context in which records were produced, and so on almost ad infinitum. This diversity of use creates a difficulty for anyone offering a definition that records are evidence of activity (Yeo, 2007, p. 326)*

Mas, se não podem ser entendidos enquanto evidências – mas como tipos de evidência – menos ainda como “informação”. Para Yeo, *Records* são espécies de informação, a despeito de serem identificados quase automaticamente a este conceito. Evidência e Informação são, portanto, produtos (o termo empregado pelo autor é *Affordance*, para o qual não há tradução literal em Português) que os documentos nos oferecem, dentre muitos outros e, para uma interpretação adequada ao conceito de Documento, Yeo recorre à ideia de Representação, na medida em que são efetivamente relacionados a atividades (Yeo, 2007).

Daquilo que foi exposto anteriormente pode-se depreender que a historiografia definitivamente só pode ser construída a partir de fontes do passado, as quais devem responder às demandas de investigação mais variadas possíveis. Entre essas duas variáveis, situam-se os arquivistas, que devem por meio de seu trabalho possibilitar ao pesquisador acessar os documentos sem induzi-lo a uma interpretação, o que pode acontecer em descrições de caráter temático aplicadas a conjuntos de documentos produzidos e acumulados de forma natural e orgânica.

Criado em 1893 e aberto ao público a partir de 1895, o Museu Paulista configurava-se como um museu de História Natural. Tanto que seu primeiro diretor foi Hermann Von Ihering, respeitado zoólogo alemão radicado no Brasil (Meneses, 1994).

Em 1917, a gestão do Museu passou às mãos de Affonso d’Escragnolle Taunay, engenheiro de formação, mas com grande afeição por temas históricos. Sua produção historiográfica de



## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

grande monta revela um espírito preocupado com a construção da memória nacional, a partir de uma perspectiva tradicional da historiografia. Atribui-se a ele a criação de uma Seção de História Nacional na estrutura organizacional do Museu Paulista, no ano de 1922.

Durante sua existência, o Museu Paulista passou por inúmeras transformações, podendo-se apontar justamente o processo de transição em um Museu Histórico. Na gestão de Affonso d'Escragno Taunay são adquiridas pinturas referentes a motivos históricos, pertinentes aos grandes fatos e personalidades da História do Brasil. Além disso, são também constituídas coleções de documentos textuais e iconográficos, doados ou vendidos ao Museu.

O ponto fulcral na história recente do Museu Paulista pode ser identificado a partir da gestão de Ulpiano T. B. Meneses, quando se efetivou sua vocação histórica e acadêmica, manifestada pelo Plano Diretor. O texto do plano diz em seus termos:

*O Museu Paulista tem sido um repositório de 'objetos históricos' (duplicados por um arquivo de 'documentos históricos', coletados ou recebidos segundo uma perspectiva positivística da História, que privilegiava eventos e figuras de exceção (além do valor estético) e se prestava, por isso mesmo, às funções de evocar e celebrar. (Museu Paulista, S.D)*

Tem início um trabalho que vai privilegiar uma visão historiográfica mais moderna, afeita às demandas daquela historiografia escrita desde pelo menos o final dos anos 1920. Não mais seria um lugar de evocação de uma história triunfalista e metódica, mas agora, passaria a ser ambiente de construção de saberes históricos a partir de um viés metodológico voltado à Cultura Material.

Entretanto, como fazê-lo falar uma nova história a partir daquilo que compunha seu acervo? A exposição museológica adquire papel central na construção de uma nova abordagem quanto ao passado, sendo determinada pela perspectiva curatorial que o Museu Paulista assume a partir daí.

Passa-se então a uma ótica que vai definir o Museu Paulista enquanto um Museu Histórico e Universitário. Criam-se linhas de pesquisa voltadas à compreensão histórica de acordo com problemáticas caras à historiografia contemporânea: Cotidiano e Sociedade; Universo do Trabalho e História do Imaginário. Assim, o Museu passa a trabalhar com o passado sob uma vertente interpretativa, problematizando o passado a partir das demandas da pesquisa histórica atual.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

Seguindo este referencial, os acervos passaram por um processo de reestruturação quanto aos seus instrumentos de descrição e catalogação. Foram criados bancos de dados com o objetivo de modernizar o tratamento dos itens sob custódia. Elaborou-se, então, dois instrumentos de pesquisa: o Guia das Coleções Textuais e o Inventário do Arquivo Permanente do Museu Paulista. Pode-se concluir que estes instrumentos buscaram uma síntese entre o tratamento propriamente arquivístico dos documentos textuais, aliado a uma demanda específica da Instituição, qual seja, o diálogo com as premissas teóricas e técnicas pertinentes à Museologia.

Porém, algumas das opções metodológicas adotadas apresentam algumas questões que devem ser relevadas: o Arquivo Permanente do Museu Paulista conta, atualmente, com um Inventário no qual os documentos estão descritos em relação aos agrupamentos tradicionalmente empregados pela Arquivologia – Fundos Grupos e Séries – dispostos hierarquicamente do nível mais amplo (Órgão Produtor) ao mais próximo dos próprios documentos (Séries).

Conceitualmente, os Inventários, “buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação” (Lopez, 2002, p. 29). Em termos de opção metodológica, o Inventário do Fundo Museu Paulista considera como série os Tipos Documentais, entretanto, não há glossário que contemple as definições adotadas. Além disso, há uma opção por definir os Grupos a partir dos setores do Museu, assemelhando-se bastante a uma organização estrutural. Logo, uma avaliação detida sobre o próprio Inventário revela, por exemplo, que algumas séries possuem nomes genéricos, que não deixam explícitas as funções inerentes à produção dos documentos.

É o caso, por exemplo, da série “Textos Legais de Instituições afins” (Grupo Direção e Administração 1893 a 1963; Subgrupo Fixação de Políticas e planejamento), o conceito de Textos Legais não evidencia as razões que levaram estes documentos a integrarem o acervo do Fundo Museu Paulista, assim como não revelam as funções destes documentos em relação aos seus pares.

Quanto às demais Coleções e Fundos Privados, observa-se que alguns estão descritos integralmente, disponibilizados em instrumentos de pesquisa impresso e fichas. Outros estão sumariamente relacionados nos mesmos instrumentos. Porém, em ambos os casos, não há



## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

uma definição tipológica, bem como os nexos contextuais dos documentos não estão eventualmente refletidos na descrição, o que pode acarretar dissociação dos vínculos arquivísticos. Em termos de descrição, como apontado anteriormente, há uma compilação encadernada, contendo as descrições dos Fundos e Coleções Textuais em 07 volumes, coligidos a partir de um projeto de pesquisa intitulado “Patrimônio Histórico e difusão de conhecimento: catalogação informatizada de coleções textuais pertencentes ao Museu Paulista da USP”, sob coordenação da professora doutora Cecília Helena de Salles Oliveira. Tais informações foram repassadas ao módulo Textual do Banco de Dados do Museu Paulista, que ainda não está totalmente funcional.

Além disso, há as Fichas de Entrada de Acervo, elaboradas quando do ingresso de algum fundo ou coleção no acervo. O procedimento de ingresso consiste justamente no registro pormenorizado do fundo ou coleção, ao qual é atribuído um número de tombo chamado Arq. Por se tratar de um instrumento de controle administrativo, as informações presentes nestas fichas podem ser consideradas confiáveis e mais completas.

Tomando por base aquilo que se apontou anteriormente, os documentos devem servir à construção do saber histórico de maneira atemporal, sendo que a organização arquivística deve permitir aos pesquisadores (ontem, hoje e amanhã), que consigam heurísticamente construir conhecimento histórico. Somente uma descrição arquivística comprometida com o estabelecimento dos contextos de produção documental pode atender a esta demanda.

Toma-se como exemplo, o Fundo Privado da **Liga Independente pela Liberdade** (LIL), que neste momento encontra-se em processo de descrição por ocasião do Inventário dos Acervos do Museu Paulista, em processo de elaboração. Este fundo de arquivo conta com aproximadamente 1300 documentos em gênero textual, produzidos entre os anos de 1963 e 1972, respectivamente criação e encerramento da LIL.

A descrição presente no módulo textual do Banco de Dados informatizado supracitado indica algumas informações relevantes, que permitem situá-la em seu contexto histórico: “A Liga Independente pela Liberdade foi criada em Ourinhos (SP), em 1962. Exerceu intensa atividade política, apoiando o Regime Militar implantado no país pós 64. O Arquivo da LIL foi doado por sua presidente, Maria Pacheco e Chaves, em 1972 e 1974.” (Museu Paulista, 2007).

Na ficha de entrada, encontram-se informações mais pormenorizadas, coletadas dentro do próprio fundo, com uma relação das tipologias. Porém, a ausência de um glossário limita as

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

10

possibilidades de compreensão da gênese documental, assim como dos contextos de acumulação documental.

Uma abordagem contextual permitiria a utilização deste fundo de arquivo de várias maneiras possíveis. Há uma bibliografia voltada, por exemplo, à participação feminina no golpe civil-militar brasileiro de 1964, da qual constam apenas menções esporádicas à Liga Independente pela Liberdade. Uma consulta no buscador *Google* revela poucos resultados pertinentes a esta organização. Grande parte das referências retomam à Família Pacheco e Chaves, integrante tradicional das chamadas classes produtoras brasileiras.

A Liga Independente pela Liberdade levantava bandeiras politicamente conservadoras, como a questão do Ensino Religioso e Cívico, assim como refutava terminantemente as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. Um de seus lemas era “Lutar pelo Brasil e defender sua liberdade nos termos de sua Constituição”, algo bastante genérico do ponto de vista das diretrizes políticas vigentes no período. No caso em tela, a defesa da liberdade nacional refere-se essencialmente à expansão das ideias socialistas praticadas pelos países alinhados à URSS.

Neste sentido, a LIL configura-se como uma entidade, criada e administrada por mulheres pertencentes aos estratos superiores da sociedade paulista. Tais estratos sociais, como apontado por vasta bibliografia, colocaram-se ao lado da intervenção militar, vista à época como uma alternativa à expansão do socialismo soviético.

Tais informações podem ser obtidas por meio da produção bibliográfica da presidente da LIL, Maria Pacheco e Chaves. Porém, para além da atuação política, o Arquivo Liga Independente pela Liberdade mostra as táticas e estratégias adotadas para a consecução de suas finalidades políticas.

O trabalho de inventário dos acervos textuais do Museu Paulista permitiu um contato mais próximo com esse fundo, sendo uma das dinâmicas adotadas a descrição de cada um dos itens que o compõe, buscando empregar uma tipologia documental passível de recuperação da gênese dos documentos produzidos e/ou acumulados pela Liga Independente pela Liberdade, conseqüentemente, possibilitando a identificação das rotinas e procedimentos cotidianos, assim como sua prática política. A despeito de não ter sido realizado um plano de classificação, identificando todas as ações e atividades do movimento, é possível por meio de

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

11

uma descrição tipológica a identificação dos nexos contextuais entre os documentos e destes com seu órgão produtor.

Uma classificação adequada deve começar com uma leitura atenta do Estatuto de Criação da Liga, o qual define, para além das estruturas administrativas e de gestão (atividades meio), os departamentos (responsáveis pela execução das atividades finalísticas) da LIL: Ação Cívica, Recrutamento e Assistência Social. Cada um desses departamentos tinha atribuições específicas. Adotando uma classificação funcional, é possível identificar ações programáticas, dentro das quais se situam atividades específicas, as quais geram tipologias documentais diversas.

Como apontado anteriormente, não há um fundo de arquivo ou série documental que seja mais ou menos adequado a uma determinada abordagem historiográfica, visto que os arquivos devem representar justamente a estrutura e o funcionamento do órgão que os produziu. O que vai trazer ao procedimento investigativo tal ou qual fonte histórica é o exercício heurístico empreendido pelo pesquisador.

Portanto, frisa-se que o fundo da Liga Independente pela Liberdade pode responder às mais diversas problemáticas historiográficas, que podem abarcar tanto a chamada Nova História Cultural quanto trabalhos voltados à Nova História Política, à História das Mulheres, à História das Instituições, dos Partidos e Movimentos Políticos, etc. A partir de uma organização contextual, propriamente arquivística, as possibilidades de pesquisa são ilimitadas e perenes.

Como este fundo foi identificado dentro das rotinas do trabalho de Inventário, não se procedeu a uma classificação arquivística, porém, foram identificadas todas as tipologias documentais presentes, as quais foram descritas em uma planilha, permitindo a localização de cada um dos tipos e espécies existentes no fundo, as quais podem ser agrupadas por atividade, formato, data e forma. Todas as atividades geradoras foram identificadas, de acordo com critérios pré-estabelecidos. Para os textos de apoio teórico e político, manifestos e produtos bibliográficos, o que se adotou foi o próprio título do item.

No fundo, há uma grande quantidade de itens que possuem autonomia de significados, como artigos, prospectos, manifestos, textos legais, partituras, roteiros de peças de teatro. Muitos destes sequer foram produzidos pela LIL, porém, visto que se associam a atividades institucionais (p. ex. o intercâmbio com outros movimentos, a fundamentação política, o

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

12

recrutamento de novos membros) devem ser tratados também sob uma perspectiva contextual, inserindo-os no contexto que os deu origem, não em termos criação física, mas sim na maneira como foram integrados à LIL.

Abundam no fundo documentos produzidos por instituições diversas, análogas à própria LIL como a Liga das Senhoras Católicas, mas também de instituições internacionais, ligadas ao combate ao comunismo. Há livros e prospectos sobre “os perigos do comunismo” da *John Birch Society*, do *Republican National Committee*; da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos há um relatório contra a ação subversiva do comunismo internacional. Identificando as tipologias documentais e a forma como estes documentos se relacionam àquilo que se chama de Ação Cívica, é possível identificar que para além da mera organização social, a Liga Independente pela Liberdade buscava também intercâmbio ideológico com outros órgãos de combate à ascensão das esquerdas em nível continental.

No âmbito das correspondências, há algumas cartas endereçadas pessoalmente ao presidente americano, assinadas por instituições semelhantes à LIL. Há também correspondências endereçadas ao Secretário de Agricultura do EUA, Orville Freeman, em resposta a uma carta anterior no qual o secretário questionava Maria Pacheco e Chaves a respeito da proposta de reforma agrária proposta pelo governo de João Goulart, em 1962.

Tais registros demonstram que para além da atuação nacional, estas organizações articulavam-se também a esferas políticas internacionais. Chama atenção o rascunho de uma saudação assinada pela Rede Independente Democrática, com anotações à mão feitas por Maria Pacheco e Chaves, ao presidente John Kennedy, quando de sua visita programada ao Brasil, em 1962.

Logo, para além de uma abordagem voltada ao protagonismo feminino da Liga Independente pela Liberdade, é possível identificar no fundo outros aspectos bastante importantes do período conturbado que antecedeu a intervenção militar no Brasil. De acordo com as problemáticas levantadas, abrem-se diversas linhas de interpretação possíveis, o que só se torna efetivo a partir de uma identificação diplomática adequada, juntamente com um tipo de organização que considere as funções e atividades produtoras de documentos, alinhada a uma descrição essencialmente contextual.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes

CHAVES, Maria Pacheco. *Os grandes esquecidos de um Brasil verdadeiro*. São Paulo: Liga Independente pela Liberdade, 1966.

MUSEU PAULISTA. *Guia das Coleções Textuais do Museu Paulista*. S.D.

MUSEU PAULISTA. *Banco de dados do Museu Paulista – Módulo Textual*. 2007.

FUNDO LIGA INDEPENDENTE PELA LIBERDADE. Museu Paulista, FLIPL, Arq. 33.

### Bibliografia

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas: da Idade Média aos nossos dias*. Sintra: Publicações Europa América, 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Contribuição para uma abordagem diplomática dos Arquivos Pessoais*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, 1998, pp. 169 – 174.

CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz; MAKINO, Miyoko; SILVA, Shirley Ribeiro. *O Serviço de Documentação Textual e Iconografia do Museu Paulista*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.10/11, pp. 259 – 304.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

COOK, Terry. *Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: Para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, 1998, pp. 129 – 149.

COOK, Terry. *Clio: The archivist's muse?* Archivaria, Ontario (Canada), n. 05, 1977-1978, pp. 198-203.

COSTA, Iraci Del Nero. *Arraia Miúda: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil* (mimeo). São Paulo, 1992

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

14

- DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?* São Paulo: Editora iFHC, 2010.
- DURANTI, Luciana. *Diplomatics: New uses for an old science*. *Archivaria*, Ontario (Canada), n. 28, summer 1989, pp. 07 – 27.
- EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org). *Currents of Archival Thinking*. California (EUA): ABC-Clio, 2010.
- FALCON, Francisco J. C. *A Identidade do Historiador*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1996, n. 17, pp. 07 – 30.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- GARDINER, Patrick (org). *Teorias da História*. trad. Vitor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- HARTOG, François. *Evidência da História: O que os historiadores vêem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration including The Problems of War Archives and Archive Making*. Oxford: The Clarendon Press, 1922.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão: Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia Documental para Arquivos de Partidos e Associações Políticas no Brasil Contemporâneo*. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Arquivologia, João Pessoa, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra (org). *Às margens do Ipiranga: 1890 – 1990*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1991.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Plano Diretor do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1990.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Museu Paulista*. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 08, v. 22, 1994, pp. 573 – 578.



## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

15

MENNE-HARITZ, Angelika. *Appraisal or Documentation: Can we appraise archives by selecting content?* *American Archivist*, Chicago, v. 57, summer 1994, pp. 528 – 542.

MENNE-HARITZ, Angelika. *Business Processes: An Archival Science Approach to Collaborative Decision Making, Records, and Knowledge Management*. Dordrecht (Holanda): Kluwer Academic Publishers, 2004.

ROUSSO, Henry. *O Arquivo ou o indício de uma falta*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1996, n. 17, pp. 85 – 91.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: EditoraUnB, 2014.

YEO, Geoffrey. *Concepts of Record (1): Evidence, Information and Persistent Representations*. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, fall/winter 2007, pp. 315 – 343.

YEO, Geoffrey. *Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects*. *The American Archivist*, Chicago, v. 71, spring/summer2008, pp. 118 – 143.